

Pauta

4 DE OUTUBRO DE 2010 116ª SESSÃO ORDINÁRIA

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 708, de 2010, de autoria do deputado Jorge Caruso. Dispõe sobre a utilização de uniforme fora das dependências hospitalares e áreas correlatas, em todo o Estado.

2 - Projeto de lei nº 709, de 2010, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a Associação "Estrela da Esperança Internacional - Brasil", em Santos.

3 - Projeto de lei nº 710, de 2010, de autoria do deputado Rodolfo Costa e Silva. Declara de utilidade pública o "Programa de Assistência Social - PAS", em São Roque.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 706, de 2010, de autoria da deputada Ana Perugini. Dá a denominação de "Luiz Nosella" ao Centro Rural de Tanquinho, em Piracicaba.

2 - Projeto de lei nº 707, de 2010, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dá a denominação de "Dr. Anderson Haddad" ao anexo do Fórum da Comarca de Araraquara, naquele Município.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 701, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Institui a Certificação "Selo Prefeitura Amiga da Criança" no Estado.

2 - Projeto de lei nº 702, de 2010, de autoria do deputado José Bittencourt. Autoriza o Poder Executivo a instituir o "Programa Academia Comunitária", no Estado.

3 - Projeto de lei nº 703, de 2010, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública o "Instituto Educacional Evangélico para Deficientes Auditivos", em Campinas.

4 - Projeto de lei nº 704, de 2010, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Cria, na estrutura administrativa do Tribunal de Justiça de São Paulo, o Fundo Especial do Tribunal de Justiça - FEJ.

5 - Projeto de lei nº 705, de 2010, de autoria do deputado Roberto Engler. Dá denominação de "Paulo César Garcia (Jerrim)" ao trevo localizado no km 405 da Rodovia Cândido Portinari, em Franca.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 54, de 2010, de autoria do deputado Said Mourad. Susta, nos termos do artigo 20, inciso IX, da Constituição do Estado, o Decreto nº 56.038, de 2010, que deu denominação ao complexo viário SPD - 217/052, em Cruzeiro.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 57, de 2010, de autoria do deputado Roberto Felício. Susta, nos termos do inciso IX do artigo 20 da Constituição Estadual, o Decreto nº 55.938, de 2010, que veda a participação, em licitações, de cooperativas legalmente constituídas.

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 04/10/10

- 1 - VICENTE CÂNDIDO
- 2 - RUI FALCÃO
- 3 - CELSO GIGLIO
- 4 - ROBERTO FELÍCIO
- 5 - ALEX MANENTE
- 6 - JOSÉ ZICO PRADO
- 7 - VITOR SAPIENZA
- 8 - EDSON FERRARINI
- 9 - JOSÉ BITTENCOURT

- 10 - JOSÉ AUGUSTO
- 11 - MARCOS MARTINS
- 12 - CARLOS NEDER
- 13 - ANTONIO MENTOR
- 14 - ANTONIO SALIM CURIATI
- 15 - OLÍMPIO GOMES
- 16 - CARLOS GIANNAZI
- 17 - CARLINHOS ALMEIDA
- 18 - LUIS CARLOS GONDIM
- 19 - AFONSO LOBATO
- 20 - VINÍCIUS CAMARINHA
- 21 - ROGÉRIO NOGUEIRA

GRANDE EXPEDIENTE - 04/10/10

- 1 - ROBERTO MORAIS
- 2 - CONTE LOPES
- 3 - PEDRO TOBIAS
- 4 - ROBERTO FELÍCIO
- 5 - RODRIGO GARCIA
- 6 - HAMILTON PEREIRA
- 7 - ANDRÉ SOARES
- 8 - RICARDO MONTORO
- 9 - ESTEVAM GALVÃO
- 10 - DONISETTE BRAGA
- 11 - VANESSA DAMO
- 12 - MOZART RUSSOMANNO
- 13 - MARCOS MARTINS
- 14 - LUIS CARLOS GONDIM
- 15 - ED THOMAS
- 16 - VITOR SAPIENZA
- 17 - EDSON FERRARINI
- 18 - AFONSO LOBATO
- 19 - ROBERTO MASSAFERA
- 20 - BETH SAHÃO
- 21 - FAUSTO FIGUEIRA
- 22 - UEBE REZECK
- 23 - RITA PASSOS
- 24 - REINALDO ALGUZ
- 25 - MARIA LÚCIA AMARY
- 26 - GERALDO VINHOLI
- 27 - VICENTE CÂNDIDO
- 28 - ANTONIO SALIM CURIATI
- 29 - BRUNO COVAS
- 30 - RAFAEL SILVA
- 31 - ADRIANO DIOGO
- 32 - ANTONIO MENTOR
- 33 - PAULO ALEXANDRE BARBOSA
- 34 - JOSÉ ZICO PRADO
- 35 - JOÃO BARBOSA
- 36 - MILTON LEITE FILHO
- 37 - RUI FALCÃO
- 38 - CÉLIA LEÃO
- 39 - JOSÉ CÂNDIDO
- 40 - VANDERLEI SIRAUQUE
- 41 - MARIA LÚCIA PRANDI
- 42 - JOSÉ AUGUSTO
- 43 - ELI CORRÊA FILHO
- 44 - ROGÉRIO NOGUEIRA
- 45 - OTONIEL LIMA
- 46 - EDSON GIRIBONI
- 47 - ENIO TATTO
- 48 - CARLOS GIANNAZI
- 49 - BALEIA ROSSI
- 50 - LUCIANO BATISTA
- 51 - OLÍMPIO GOMES
- 52 - ALEX MANENTE
- 53 - CARLINHOS ALMEIDA
- 54 - JOSÉ BITTENCOURT
- 55 - CARLOS NEDER
- 56 - CELSO GIGLIO
- 57 - RAUL MARCELO
- 58 - HAIFA MADI
- 59 - SIMÃO PEDRO
- 60 - DAVI ZAIA
- 61 - VINÍCIUS CAMARINHA
- 62 - JOSÉ BRUNO

Expediente

30 DE SETEMBRO DE 2010 115ª SESSÃO ORDINÁRIA

MENSAGENS DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 94/2010, DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO

São Paulo, 30 de setembro de 2010

Senhor Presidente

Em atendimento ao disposto na Constituição do Estado de São Paulo, tenho a honra de submeter à elevada apreciação desse egrégio Parlamento, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso projeto de lei que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011.

A proposição está fundamentada nos artigos 47, inciso XVII, e 174 da Constituição Estadual, observando, também, as Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano, aprovadas na forma da Lei nº. 14.185, de 13 de julho de 2010, bem como as disposições constantes da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, que fixa normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

Foram, também, consideradas, na sua elaboração, as estratégias e as diretrizes de ação estabelecidas no Plano Plurianual do Estado de São Paulo – PPA, relativo ao período de 2008 – 2011. Essa agenda quadrienal, que contou com a valiosa contribuição dessa Casa, mediante a sua aprovação nos termos da Lei nº 13.123, de 8 de julho de 2008, abriga, em suas múltiplas proposições, políticas públicas e projetos governamentais que objetivam: a redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população; a geração de emprego e renda; a preservação dos recursos naturais; a garantia da segurança pública e a promoção dos direitos humanos.

O projeto compreende o Orçamento Fiscal, o Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado tem posição majoritária no capital social, abrangendo, por conseguinte, todos os órgãos dos Poderes do Estado e os órgãos e entidades da Administração Centralizada e Descentralizada.

A nova forma de apresentação gráfica e eletrônica da peça orçamentária aprimora o seu aspecto visual, o que facilita a sua consulta e torna mais acessível o seu uso pelos diferentes agentes sociais. Mas não só isso, as melhorias incorporadas buscam aperfeiçoar, sobretudo, a sua transparência e o seu controle pelo Poder Legislativo e pelas demais instituições da sociedade.

A proposta orçamentária para 2011, a última da atual gestão, é, mais uma vez, uma proposta marcada por uma atitude de confiança. Renova o compromisso de seguir trilhando o caminho do equilíbrio entre a prosperidade econômica e a equidade social, de modo a impulsionar mudanças, atender às demandas e potencialidades das diferentes Regiões, estender as oportunidades para a superação social e contribuir para conformar uma sociedade mais justa e solidária.

Confiança que é também patenteada na reiterada opção da cidadania por um padrão de governança que conjuga: rigor na escolha de prioridades, estrita observância da disciplina fiscal e absoluta austeridade no trato dos recursos públicos. Nesse passo, as programações orçamentárias das ações governamentais contempladas na proposição buscam atender, de forma preferencial, aquelas com maior ressonância social, e se constituem em importante instrumento de coordenação de esforços coletivos, estabelecendo de modo claro, os compromissos julgados pertinentes para construir - hoje e a cada dia – o futuro de São Paulo.

A arrecadação estimada para o próximo ano, adequada para sancionar os gastos exigidos no exercício, está baseada em ajustes operados nas metas fiscais e nos parâmetros econômicos aprovados nas Diretrizes Orçamentárias de 2011, cujos resultados são apresentados na forma de anexo a este projeto. Saliente-se, a propósito, que esses ajustes se fizeram necessários em razão de novo cenário para a evolução dos preços no atacado, com a alteração das previsões para o IGP-DI, e, também, por força das inovações trazidas pela Emenda à Constituição Federal nº 62, de 2009, que alterou as regras e as condições para o regime de pagamento de precatórios, com o consequente estabelecimento de novos critérios para a sua contabilização. A expectativa para o crescimento do PIB paulista é de 4,5 por cento, a evolução média dos preços esperada para o próximo ano é também de 4,5 por cento e a projeção para a taxa de câmbio está estimada em R\$ 1,85/US\$ ao final de 2011.

Com esse cenário, o Governo estadual, consciente do peso social que representa a elevada carga tributária prevalecente no País, e fiel ao seu intuito de atender às necessidades dos habitantes de São Paulo com a preservação do equilíbrio de suas contas públicas, mantém como premissa para a estimativa de suas receitas o fortalecimento de suas rendas próprias. E, dessa forma, considera que a continuidade de ações coordenadas voltadas à modernização da máquina arrecadadora e ao combate à sonegação permitirá que a obtenção desses ingressos se dê sem afetar economicamente a cidadania pelo aumento dos impostos estaduais e o consequente incremento da pressão fiscal.

Com base nesses pressupostos, a proposta orçamentária estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 140.673.564.343 (Cento e quarenta bilhões, seiscentos e setenta e três milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta e três reais).

Reitero que, na sua elaboração, foram fielmente respeitados os preceitos e disposições contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, o que significa estrita observância ao princípio de austeridade fiscal. Disso resulta que as programações do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública encontram-se definidas à luz dos mesmos critérios que nortearam as do Poder Executivo, situando-se rigorosamente dentro das disponibilidades do Tesouro Estadual. Sem embargo, transmiro, para conhecimento desse Parlamento, as propostas originais elaboradas pelo Poder Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública, as quais são encaminhadas anexas a esta Mensagem.

Ao elevar à apreciação legislativa o presente projeto, o faço com o intento de não só cumprir uma obrigação constitucional, mas, sobretudo, de valer-me da legítima representatividade popular que essa Casa detém para o debate crítico de suas proposições, de modo a subordinar as decisões políticas que lhe são próprias ao pleno exercício do controle democrático proporcionado pelo Estado de Direito.

Destaco, por derradeiro, a decisiva contribuição dos Senhores Deputados, no sentido do aperfeiçoamento da proposição, que se pautará pelo interesse público, como ficou, mais uma vez, patenteadado pelo profícuo envolvimento nos trabalhos levados a cabo quando da realização das Audiências Públicas que antecederam a sua elaboração, ocasião em que foram exercidos, plenamente, os direitos à informação e fiscalização, motivando a incorporação de ampla gama de sugestões e prioridades de cunho regional, que concorrem para ampliar e qualificar o desenvolvimento econômico e social de nosso Estado.

ALBERTO GOLDMAN - GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

(O projeto de lei e os anexos serão publicados oportunamente em suplemento.)

REQUERIMENTOS

JOÃO BARBOSA
2253/2010

Propõe voto de congratulações pelo aniversário do município de CRUZEIRO.

Sumário

Este caderno, com 24 páginas, contém as publicações da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado.
Não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.

NOTICIÁRIO DA ASSEMBLEIA.....	1	TRIBUNAL DE CONTAS.....	12
PAUTA.....	6	COMUNICADOS.....	12
4 DE OUTUBRO DE 2010 - 116ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	6	COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL.....	12
ORADORES INSCRITOS.....	6	DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS.....	12
EXPEDIENTE.....	6	DESPACHOS.....	12
30 DE SETEMBRO DE 2010 - 115ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	6	ACÓRDÃOS.....	19
MENSAGENS DO GOVERNADOR.....	6	PARECERES.....	20
REQUERIMENTOS.....	6	SENTENÇAS.....	20
PARECERES.....	7	ORDEM DO DIA DAS CÂMARAS E DO TRIBUNAL PLENO.....	23
COMISSÕES.....	7	DIRETORIAS DE FISCALIZAÇÃO.....	24
CONVOCAÇÕES.....	7	UNIDADES REGIONAIS.....	24
COMUNICADOS.....	7	ATOS ADMINISTRATIVOS.....	24
DEBATES.....	7	SESSÃO ADMINISTRATIVA - PRESIDÊNCIA.....	24
23 DE SETEMBRO DE 2010 - 111ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	7		
24 DE SETEMBRO DE 2010 - 44ª SESSÃO SOLENE EM HOMENAGEM AO "CORPO MUSICAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO".....	9		
ATOS ADMINISTRATIVOS.....	10		

Imprensa Oficial

Diretor-Presidente	Hubert Alquéres
Diretor Industrial	Teiji Tomioka
Diretora de Gestão de Negócios	Lucia Maria Dal Medico
Diretor Financeiro	Flávio Capello
Chefe do Núcleo de Redação	Almyr Gajardoni (MTb 6.167)
redacao@imprensaoficial.com.br	

Diário Oficial

Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Matriz

Imprensa Oficial do Estado S.A. Imesp
CNPJ 48.066.047/0001-84
I.E. 109.675.410.118

Sede e administração
Rua da Mooca 1921 São Paulo SP
CEP 03103-902
t 11 2799.9800

www.imprensaoficial.com.br
SAC 0800 01234 01
sac@imprensaoficial.com.br

Filiais

Capital
XV de Novembro t 11 3105.6781 / 11 3101.6473
Rua XV de Novembro 318 Centro
São Paulo SP CEP 01013-000

Interior
Poupatempo t 16-3019.6049 / 16 3019.6050
Novo Shopping Center f 16 3019.6051
Ribeirão Preto Av. Presidente Kennedy 1500